

REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL VAI PRIVILEGIAR APENAS OS ALTOS SALÁRIOS

O Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul começou uma campanha para denunciar manobras dos deputados estaduais para manter privilégios da elite do funcionalismo público, que conta com maiores salários. **Página 3**

TRANSPARÊNCIA | Página 4

Contas em dia e reforma estrutural marcam atual gestão do Sindetran-MS

ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES | Página 5

AME-MS participa do XIX Fórum Nacional de PMs e Bombeiros

CASSEMS

Programa de prevenção 'Odontologia para Bebês' realiza última palestra do ano em Campo Grande



PÁGINA 8

SOB PROTESTOS

Deputados derrubam reajuste dos servidores da Assembleia Legislativa

PÁGINA 4

SINPOL

Sindicato dos policiais civis realizou Assembleia Geral Extraordinária

PÁGINA 6

SINDIJUS

Em dia de protesto dos servidores do Judiciário, votação de gratificação dos magistrados é adiada

PÁGINA 2

SERVIDORES PODEM PARALISAR AS ATIVIDADES NO HOSPITAL REGIONAL



Assembleia Geral dos servidores do HRMS (Hospital Regional de Mato Grosso do Sul) aprovou indicativo de greve para esta terça-feira (10) e serviços podem ser suspensos. **Página 7**

Em dia de protesto dos servidores do Judiciário, votação de gratificação dos magistrados é adiada novamente

|| Mais um dia de articulação política e pressão dos servidores do Judiciário influenciou para que o Projeto de Lei nº 277/2019 – que visa criar a gratificação, agora de até 20%, aos magistrados do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – tivesse a votação adiada para a sessão da Assembleia Legislativa de terça-feira (10).

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O adiamento ocorreu após o relator do projeto na Comissão Permanente de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, deputado Marçal Filho (PSDB), pedir mais tempo para analisar a proposta, com previsão de ir para segunda votação somente na sessão da semana que vem.

Na sessão de terça-feira (3) quem pediu vistas, de 24 horas, foi o deputado Felipe Orro (PSDB), após conversar com a direção do SINDIJUS-MS e explicar sobre a importância de aguardar a autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Protesto

Buscando conscientizar os deputados, o SINDIJUS-MS convocou os servidores de Campo Grande para acompanhar a sessão de quarta-feira e realizar protesto organizado na Casa de Leis, o que acabou chamando atenção dos parlamentares e imprensa.

Além dos servidores, estiveram presentes o presidente Leonardo Lacerda, vice Fabiano Reis, diretor jurídico Flávio Lopes, diretora de Apoio aos Inativos Sissi Calarge, a diretora de Divulgação e Imprensa Adriana Capurro e o presidente da Delegacia Sindical de Campo Grande Edson Ferreira.

Com a protelação da votação, espera-se dar o tempo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de cinco dias para o TJMS se manifestar sobre a criação da gratificação, conforme prevê o art. 3º do Provimento 64/17 e Recomendação nº 31/18, ambos do CNJ.



Servidores do Poder Judiciário e diretoria do Sindijus realizaram protesto durante sessão na Assembleia Legislativa



Leonardo Lacerda, presidente do Sindijus-MS

COMARCAS DO INTERIOR

Para auxiliar na mobilização as comarcas do interior do Estado também realizaram protesto sincronizado, na tarde de quinta-feira (5), às 15h. Encaminharam as fotos para o SINDIJUS-MS as comarcas de Campo Grande, Bataguassu, Caarapó, Dourados, Paranaíba, Três Lagoas, Itaporã, Nova Andradina, Anastácio e Ponta Porã.



servidorpúblico.MS

Jornalista Responsável:
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:
(67) 99925-79847

E-mail: servidorpublico.ms@gmail.com

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto
Campo Grande (MS) – 79062-310



SINTSSMS
FUNDADO EM 20/10/1989

CUT BRASIL

DIIESE

CONTOS

Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no MS

Reforma da Previdência Estadual privilegiará os altos salários e não vai conter gastos como diz o Governo

O Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul começou uma campanha para denunciar manobras dos deputados estaduais para manter privilégios da elite do funcionalismo público, que conta com altos salários, apesar das reclamações constantes do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) sobre as finanças estaduais.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Em vídeo gravado durante a sessão da quinta-feira (5), na Assembleia Legislativa, integrantes do Fórum classificam a Reforma da Previdência proposta pelo governo como uma “falácia”. “A Reforma da Previdência não é verdadeira. Ela prejudica todos, mas, principalmente, os baixos salários. Os deputados estão assinando emendas que mantêm privilégios dos altos salários”, afirmam.

Diante da situação, o Fórum convoca a sociedade a se mobilizar contra a reforma. “Acordem! Vamos à mobilização, porque esta Casa não pode simplesmente sancionar os privilégios dos altos salários”, diz um trecho do vídeo.

Um dos privilégios garantidos pela atual reforma é em relação à pensão por morte. “A viúva de um cidadão comum só pode receber 50% do salário, enquanto os altos

salários vão receber integral”, denuncia o Fórum dos Servidores.

O texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), encaminhada na semana passada pelo governo, continua tramitando na Assembleia Legislativa. O texto original previa que somente magistrados e conselheiros do Tribunal de Contas poderiam se aposentar com o salário integral. Os demais integrantes do funcionalismo seriam obrigados a se aposentarem pelo teto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – de R\$ 5,8 mil.

Os chefes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual protocolaram sugestões que preveem promotores e procuradores de Justiça na exceção. Além disso, eles querem que os familiares das ‘exceções’ recebam pensão integral por morte. A proposta inicial do governo é que todos sigam as novas regras da Constituição Federal, em que a pensão é 50% do benefício do servidor falecido e 10% por dependente.



O vídeo pode ser assistido na íntegra através do código acima

Apressado em promover mudanças no sistema previdenciário, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) não deve impor o teto do INSS aos maiores salários do funcionalismo público estadual, como defensores, promotores, juizes, desembargadores e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Somente a categoria mais pobre do funcionalismo, que já não teve reajuste neste ano, deve ser afetada pelas mudanças.

O tucano decidiu não esperar a votação da PEC Paralela no Congresso, que estende aos estados e municípios as novas regras previdenciárias, e encaminhou a Proposta de Emenda Constitucional para impor as novas regras ao funcionalismo sul-mato-grossense, como idade mínima de 62 anos para mulheres e 65, aos homens.

Na mudança mais radical e esperada pela sociedade, de pagar o teto do Regime Geral da Previdência, de R\$ 5,8 mil, para todos os servidores públicos, não deverá ser aprovada pelos deputados estaduais. Mato Grosso do Sul passará a contar com uma categoria “abençoada”, alheia às regras cumpridas pelos demais mortais, mas sustentada pelo mesmo contribuinte.



Fórum dos Servidores Públicos de MS denuncia manobra na Reforma da Previdência estadual

Maiores salários devem ficar fora da reforma

Os representantes dos poderes Legislativo e do Judiciário se uniram ao TCE, ao Ministério Público e à Defensoria Pública para excluir os maiores salários da Reforma da Previdência. Eles querem manter a aposentadoria especial, com salário integral.

No caso do Judiciário, os 210 juizes e desembargadores poderão se aposentar com o subsídio de R\$ 35 mil a R\$ 39 mil, no mínimo, sem considerar as gratificações incorporadas ao salário. O mesmo valor prevalece no MPE, na Defensoria e no TCE.

Reinaldo não deve impor nem a mudança na extensão da aposentadoria compulsória, que passaria de 70 para 75 anos. Na prática, a alteração evitaria que um conselheiro da corte fiscal se aposente com salário integral de R\$ 39 mil com cinco anos de serviço, como já ocorreu. Eles querem manter a aposentadoria compulsória aos 70 anos.

Em ofício encaminhado ao legislativo, o defensor-público geral, Fábio Rogério Rombi da Silva, dramatiza a mudança imposta aos demais brasileiros, de que se trata de afronta à Constituição Federal e à autonomia do órgão.

Alguns deputados decidiram até abusar, como é o caso de Lídio Lopes (Patri), que incluiu emenda para prever reajuste salarial aos maiores salários. Conforme o Correio do Estado, o parlamentar citou os auditores fiscais de Campo Grande, que recebem valor acima do subsídio pago ao prefeito Marquinhos Trad (PSD) e estão sem reajuste há nove anos.

O problema é que o contribuinte não aguenta mais pagar impostos para manter o atual sistema previdenciário e os maiores salários. Caso a reforma fosse aprovada na íntegra, o Governo do Estado estima que poderia economizar R\$ 10 bilhões.

Como a elite do funcionalismo tem poder e influência para impor a mudança, a economia deverá ser menor. Inicialmente, a reforma tucana deverá atrasar a aposentadoria de 2,4 mil servidores estaduais.

Em Mato Grosso do Sul existe jeito para tudo. Apesar de se tratar de emenda constitucional, que só deveria ser aprovada em março, os deputados estão apostando no famoso jeitinho brasileiro para aprovar a proposta até o fim deste ano.

Contas em dia e reforma estrutural marcam atual gestão do Sindetran

|| Durante os três anos de gestão de Octacílio Sakai Junior à frente do Sindicato dos Servidores do Detran-MS (Sindetran-MS), as contas financeiras foram arrumadas. As dívidas que o Sindicato acumulou em outras gestões anteriores foram quitadas.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A prestação de contas é feita em reuniões, mostrando a transparência

com o dinheiro do servidor. “Não estamos brincando de administrar. Nosso servidor precisa que seu dinheiro seja gerido com responsabilidade”, enfatiza Sakai.

Outro ponto forte da gestão foram as reformas estruturais, com a compra de um veículo novo, a reforma da Sede e do Clube de Campo. Na Sede, em Campo Grande, o telhado foi completamente trocado para sanar infiltrações, assim como o mobiliário,

que hoje pode ser desfrutado pelos filiados como hotel. O Clube de Campo teve os banheiros e a cozinha reformada, a instalação de um bebedor, rampa de acesso entre outras ações que possibilitaram que os servidores possam usar novamente o Clube.

Em Dourados, a ação emergencial de construção de um muro garantiu mais segurança ao prédio do Sindicato. “Estamos lutando para recuperar o



Reformas no clube de campo

nosso Sindicato, que por tempos foi negligenciado. Hoje conseguimos



Clube de campo teve os banheiros e a cozinha reformados

oferecer um pouco mais de conforto aos servidores do Detran, mas ainda temos muito a fazer”, esclarece Octacílio Sakai Junior.

Servidores da Assembleia protestam, mas deputados derrubam reajuste

|| Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), nomeados no primeiro e único concurso realizado pela Casa de Leis em 40 anos, realizaram uma manifestação durante sessão ordinária da última quinta-feira (5). O objetivo era sensibilizar os deputados para que não aprovassem o Projeto de Lei 263/2019, que extingue a correção da tabela de salários dos servidores da Assembleia, prevista na Lei 5.169 de 2018. Mesmo diante a presença de cerca de 30 servidores em plenário, vestidos de preto e segurando cartazes, o projeto foi aprovado em primeira discussão.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

“Que tal cumprir a lei na

casa de leis?”, dizia um dos cartazes, que surpreenderam os deputados, pois é a primeira vez que manifestantes são servidores da própria Casa, onde predomina o número de comissionados. O projeto para “derrubar” o reajuste da tabela é de autoria da mesa diretora da Assembleia, que é presidida pelo deputado Paulo Corrêa. Apenas cinco deputados votaram a favor dos servidores públicos: Cabo Almi (PT), Capitão Contar (PSL), João Henrique Catan (PL), Onevan de Matos (PSDB) e Pedro Kemp PT.

Como o projeto estava em primeira discussão, os deputados tinham que analisar a constitucionalidade da matéria. Os servidores concursados, que são minoria na Casa de Leis, alertaram que o



Que tal cumprir a lei na casa de leis?, dizia um dos cartazes

projeto confunde institutos jurídicos, além de demonstrar erros grosseiros e de técnica jurídica e de normas de contabilidade, já que a justificativa do projeto é “despesa de pessoal”.

Em concordância com os argumentos jurídicos dos servidores, o deputado João Henrique Catan ocupou a tribuna e afirmou que o projeto é, de fato, inconstitucional. “Temos

que respeitar institutos como o direito adquirido. E se há uma crise, não podemos fazer com que os servidores paguem sozinhos. Nós precisamos nos responsabilizar juntos”, afirmou o parlamentar.

Para o deputado Cabo Almi (PT), a Casa de Leis tem aprovado vantagens para quem recebe grandes salários, mas prejudica outras classes de tra-

Erros na Justificativa do Projeto

Na justificativa do Projeto de Lei, os servidores alegam conter erros para mascarar a inconstitucionalidade da proposta. O auxílio alimentação, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, não é considerado despesa de pessoal como alegado. Revisão geral anual não se confunde com reposição salarial. E o reajuste da tabela (que não se confunde com revisão) não inclui servidores comissionados, como afirma a justificativa. O reajuste incluiria apenas servidores de carreira, o que além de representar menos de 10% dos servidores da Casa, “coincidentalmente”, são os que possuem as menores remunerações. Desta forma, a Lei 5.169 de 5 de abril de 2018, já é clara e já assegura a responsabilidade da gestão fiscal.

balhadores que recebem menores salários. “Está muito difícil trabalhar com os parlamentares, reduzem salário de professor, querem aumentar gratificação de juiz e não querem fazer a correção da tabela”, criticou.

O presidente da Casa, Paulo Corrêa, defendeu

a aprovação do projeto, disse que “funcionários concursados da Casa têm direito a fazer manifestação”, mas que “quem manda é a mesa”, e afirmou que a culpa é das gestões passadas. “Se estamos nessa situação o erro foi dos gestores passados”.

AME-MS participa do XIX Fórum Nacional de PMs e Bombeiros

A Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul – AME-MS, participou do XIX Fórum Nacional das Entidades Representativas de Policiais Militares, Bombeiros e Pensionistas, evento organizado pela ANERMB (Associação Nacional das Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares e Pensionistas do Brasil), para discutir assuntos de interesse do segmento.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O encontro aconteceu nos dias 28, e 29 de novembro, em Macapá (AP), onde a diretoria da AME-MS foi representada por seu presidente, Thiago Monaco Marques, e pelos diretores Antônio Ramos de Oliveira e Malk Valdonado.

Os temas abordados foram o pro-

jeito de lei que trata da reforma da previdência dos militares “PL 1645/2019”, a legislação institucional, a política dentro do contexto militar, a violência contra a mulher, à saúde mental dos militares e a advocacia militar.

Palestrou no encontro Luis Cláudio Coelho de Jesus, presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Estado de Goiás (Assego), o Major da Polícia Militar do Amapá, Álvaro Júnior, a promotora de Justiça Nilzeline de Sá Galeno, Lúcia Sena, Capitã dos Bombeiros Militares do Amapá, e Eliezer Martins, advogado da Associação de Cabos e Soldados do Estado de São Paulo.

A AME-MS, representada por seus diretores, parabenizou o sargento da PM Leonel Lucas, presidente da ANERMB, pela realização do Fórum.

ASSEMBLEIA DA ANERMB

Paralelamente ao Fórum, a Diretoria da ANERMB se reuniu para discutir e tomar providências na defesa dos direitos dos militares estaduais e pensionistas a nível nacional em relação à reformada previdência.

Dentre as pautas está o projeto de lei que criminaliza “o bico policial”. As lideranças são contra a medida, alegando que o bico é fruto dos baixos salários, por isso, para suprir o sustento de suas famílias se submetem ao trabalho extra na hora de folga.



Thiago Monaco Marques (direita), presidente da AME-MS, e Antônio Ramos de Oliveira, diretor da entidade durante o evento



Vertical text on the left side of the advertisement: "Sujeito a análise de crédito."



WWW.SICOOB.COM.BR

CRÉDITO DO SICOOB

CRÉDITO CONSIGNADO DO SICOOB. PRA QUEM É MOVIDO A SONHOS, MAS NÃO TIRA OS PÉS DO CHÃO.

Faça parte do Sicoob e tenha vantagens exclusivas.

Escolha onde quer receber seu salário, faça sua portabilidade salarial. É um direito seu!

TAXA CONSIGNADO
1,25%a.m.
(em até 96 meses)



Agência Campo Grande
67 3321-9454
Av. Mato Grosso, 3195
Bairro Coophafé

Agência ACICG
67 3222-4160
Av. XV de Novembro, 390
Centro - Campo Grande-MS

Sinpol realizou Assembleia Geral Extraordinária

|| Na quarta-feira (4), o Sinpol realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para falar sobre os projetos do Governo do Estado, encaminhados à Assembleia Legislativa nos últimos dias. Com grande presença da categoria, o presidente do sindicato, Giancarlo Miranda, explicou todas as negociações que vêm tendo com relação aos textos.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br



Assembleia geral do Sinpol contou com participação maciça dos policiais civis

Sobre as mudanças na Lei 114, o Sinpol propôs emendas na tentativa de manter direitos, como a participação sindical na comissão organizadora

de concursos públicos. “Também não podemos admitir que o policial que está para se aposentar tenha sua aposentadoria cerceada por estar res-

pondendo sindicância ou processo administrativo disciplinar. Isso é inconstitucional e já apresentamos as justificativas aos deputados”, declarou

Giancarlo Miranda, presidente do Sinpol.

Já sobre a PEC da Previdência, o sindicato conseguiu emendas com os

deputados Pedro Kemp, Capitão Contar e ainda, com o presidente da Assembleia, Paulo Correa, que é a proposta mais abrangente para os policiais civis. “Acreditamos que a emenda vai prosperar, pois temos o acolhimento do Governo. O texto proposto nos dá reciprocidade com a PF e PRF conforme elas foram tratadas na reforma federal”, explicou Giancarlo. A emenda precisa ser acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e levada ao plenário da Assembleia Legislativa.

Por fim, o Sinpol, junto da Feipol e Cobrapol, sempre se posicionou contra

a Reforma da Previdência, tanto que esteve várias vezes em Brasília protestando com caravanas. O policial civil não é culpado pelo suposto rombo na Previdência, todavia, como a PEC foi aprovada, terá que pagar a conta pela incompetência dos governantes. “Conseguimos apenas reduzir os danos, mas ainda assim teremos prejuízos. Existe um tratamento diferenciado para as forças armadas, o que é inadmissível, uma vez que o policial civil também exerce atividade de risco, sendo diariamente exposto. Ser desvalorizado desmotiva qualquer trabalhador”, finalizou Giancarlo.

Sinpol realiza 6ª edição da Campanha Natal Solidário

Visando promover ações de solidariedade através da união, o Sinpol realizará a sexta edição do Natal Solidário. O fechamento da campanha será no dia 14 dezembro, das 8h às 12h, na sede do sindicato em Campo Grande, com partidas de futebol entre os colaboradores para celebrar a união da categoria com a sociedade.

Segundo o diretor administrativo do sindicato, Alessandro Jacometo, a ação solidária é mais uma forma do policial civil servir à sociedade e de retribuir as bênçãos recebidas durante o ano. “Queremos levar o carinho, através dos brinquedos, para as crianças que estão nos abrigos e o cuidado com a saúde aos idosos do asilo”, declarou.

Neste ano, serão arrecadados alimentos, brinquedos e material escolar que serão doados para um abrigo da cidade. Outras doações voluntárias e de qualquer valor podem ser realizadas na conta bancária exclusiva da campanha.

Banco do Brasil

Agência: 4211-0 / Conta corrente: 1006-5

CNPJ: 01.105.436/0001-08.

Natal
Solidário
SINPOL - MS
DATA 14 DEZ 2019

Servidores podem parar as atividades no Hospital Regional



Na quarta-feira (4), foi realizada a Assembleia Geral dos servidores do HRMS (Hospital Regional de Mato Grosso do Sul), que aprovou o indicativo de greve para a próxima terça-feira (10).

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O motivo para o movimento seriam as péssimas condições de trabalho e a falta de insumos, como remédios que há meses o SintssMS (Sindi-



Servidores do Hospital Regional aprovaram indicativo de greve para a próxima terça (10)

cato dos Trabalhadores em Seguridade Social) da categoria denuncia.

A crise no HRMS foi parar na imprensa, que vem reportando paulatinamente as dificuldades dos servidores, fato que motivou a paralisação do PAM (Pronto Atendimento Médico) no dia 21 de novembro, durante uma hora no período da manhã e no período da tarde.

A direção do SintssMS avalia que esta situação de sucateamento e falta de pessoal teria como objetivo a justificativa para a terceirização do HRMS, entregando a gestão pública para as OS (Organização Social de cunho privado), como funciona em Ponta Porã.

Conforme Ricardo Bueno, presidente do SintssMS, o governo defende o modelo de OS,

porém “eles não levam em conta os serviços de alta complexidade que nós temos no HR-MS, se você olhar o custeio do HR-MS quando você fala em Mat-Med [materiais e medicamentos] é muito menor do que na terceirizada. Em Ponta Porã por exemplo, eles gastam R\$ 3 milhões de reais, com 110 leitos sendo 10 leitos de UTI, aqui no Hospital Regional de Campo Grande nós temos 345 leitos, sendo 60 leitos de UTI e o custeio Mat-Med e contratos hoje estão em torno de R\$ 6,5 milhões, e tudo com alta complexidade aqui dentro, qual o hospital mais barato se não é o Hospital Regional Público?”. Estamos abertos à negociação, mas nós queremos negociar com o governador, ele pro-



“É importante frisar para a população que este movimento é por condições de trabalho para salvar vidas e, não por reajuste salarial”

Alexandre Júnior Costa
Diretor de Finanças do SintssMS

meteu que não iria terceirizar o hospital”, afirmou Bueno.

Alexandre Júnior Costa, diretor de finanças do SintssMS, reforçou que “é importante frisar para a população que este movimento é por condições de trabalho para

salvar vidas e, não por reajuste salarial.

O Coren-MS (Conselho Estadual de Enfermagem) notificou a direção do hospital pela falta de pessoal e de insumos, inclusive remédios que agravam o atendimento no Hospital Regional.



“Estamos abertos à negociação, mas nós queremos negociar com o governador, ele prometeu que não iria terceirizar o hospital”

Ricardo Bueno
Presidente do Sintss-MS

GUAICURUS
GRÁFICA RÁPIDA
3387-9448 - 991042488 - 99344-1179

CARIMBO
AUTOMÁTICO

R\$ 30,00

Carimbo automático
Nykon 301 / 302

Programa de prevenção 'Odontologia para Bebês' realiza última palestra do ano em Campo Grande

|| O programa de prevenção "Odontologia para Bebês" realiza atendimentos e palestras para os beneficiários, na sede da Cassems de Campo Grande, na quinta-feira (19), às 14h30. O programa oferece conhecimento aos pais sobre prevenção e cuidados com a saúde bucal das crianças de zero a três anos. Além do atendimento às crianças, o programa também busca transformar os pais e responsáveis em multiplicadores de conhecimentos. Para participar da última palestra do ano, ou se inscrever no programa de prevenção para 2020, os pais devem entrar em contato pelo número: 3309-5394.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A participação dos pais inicia-se com as palestras de orientação. Ao final do encontro, os bebês são agendados para o atendimento clínico preventivo, sendo o ideal que a primeira consulta seja realizada antes da erupção do 1º dente. Os retornos são realizados a cada três meses para orientações, acompanhamento e intervenções quando necessário.

A beneficiária Núbia Karen Viana está gestante e já se preocupa com o filho que ainda não nasceu. Para ela, saber que o filho já está amparado, ainda na barri-



"O programa abrange crianças de 0 a 5 anos, sendo que a criança pode entrar até completar três anos e 11 meses"

Heloisa Helena da Cunha

Odontóloga responsável pelo programa

ga, traz grande alívio. "É importante participar do programa porque a gente fica orientada sobre o que fazer, principalmente, com a higiene. Também é muito bom ter o seu filho amparado desde o início. Hoje, aprendi bastante sobre a limpeza do dente, o que usar e como usar, enfim, várias coisas que eu não sabia".

Já Luciene Vicente é mãe de um bebê de 8 meses e, segundo ela, o que mais chamou a sua atenção foram as dicas que nunca havia sido ditas por nenhum outro pro-

fissional. "Eu tinha muita dúvida sobre a higienização, porque ninguém nunca nos falou sobre isso. Então, eu vim pela saúde bucal do meu filho. Hoje, aprendi a usar corretamente o fio dental. Na verdade, eu não sabia que ele precisava, afinal, ele tem apenas dois dentes".

Também mãe de uma criança de oito meses, Joice Rabelo destaca que a palestra esclareceu muitas dúvidas. "Aprendi muita coisa que eu não sabia sobre a higiene bucal, principalmente o fio



Os retornos são realizados a cada três meses para orientações

dental, que eu não sabia que era necessário na idade dela. Achei ótimo e foi muito produtivo".

A odontóloga responsável pelo "Odontologia para Bebês", Heloisa Helena da Cunha, salienta como funciona o programa de prevenção. "O programa abrange crianças de 0 a 5 anos, sendo que a criança pode entrar

até completar três anos e 11 meses, porém, quanto antes ela for ao dentista melhor, não só para prevenir possíveis problemas, mas, também para desmistificar alguns

mitos relacionados à necessidade de a criança frequentar o dentista. A gente quer receber essas crianças com saúde bucal e, principalmente, manter essa saúde".

FIQUE POR DENTRO

servidorpublicoms.com.br

